

Funai quer mais detalhes sobre projeto da CMPC

Para sua continuidade, processo de licenciamento ambiental do empreendimento precisa superar essa etapa

/ LICENCIAMENTO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Uma das ações necessárias para concluir o processo de licenciamento ambiental da nova fábrica de celulose da CMPC em Barra do Ribeiro, é fazer o levantamento dos impactos que o complexo terá nas comunidades tradicionais.

Dentro desse contexto, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) informa que a análise técnica do Estudo do Componente Indígena Kaingang, referente à iniciativa, foi concluída em setembro. Porém, a instituição pediu mais esclarecimentos e manifestações técnicas sobre o tema.

Em nota, a Funai relata que solicitou que “a equipe técnica responsável pela elaboração do estudo se manifeste sobre as questões

suscitadas ao longo da avaliação, apresentando os respectivos esclarecimentos e posicionamento técnico”.

A Fundação não detalhou que questões seriam essas, mas ressalta que recomendou, ainda, a realização de nova análise da classificação dos impactos identificados, “à luz da metodologia adotada no estudo e dos atributos utilizados para sua classificação, de modo a assegurar a coerência, a consistência e a rastreabilidade entre os critérios metodológicos empregados e os resultados apresentados”.

A manifestação técnica da Funai já foi encaminhada ao órgão licenciador, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), e ao empreendedor, a CMPC. De acordo com a Fundação, “a continuidade da análise no âmbito do processo de licenciamento ambiental observará a apresentação dos esclareci-

mentos e das manifestações técnicas solicitadas”.

Por meio de nota, a Fepam informa que recebeu a manifestação da Funai encaminhada à CMPC com solicitação de ajustes por parte do empreendimento. Ainda segundo o órgão estadual, a empresa CMPC apresentou resposta à Funai na última sexta-feira, com as informações já disponíveis no Sistema Online de Licenciamento Ambiental (SOL). A partir de agora, detalha a Fepam, “a Funai fará a avaliação da documentação apresentada e dará continuidade ao trâmite. A Fepam segue aguardando os ajustes necessários e manifestação definitiva da Funai”.

O chamado Projeto Natureza da CMPC prevê a construção de uma planta com capacidade para 2,5 milhões de toneladas ao ano de celulose. O complexo, como um todo, somado a outras estru-



Após análise técnica concluída, fundação pede manifestações técnicas

ras, como um terminal portuário, em Rio Grande, deve receber um aporte de cerca de R\$ 27 bilhões. Com o novo polo industrial, a CMPC poderá mais do que dobrar a sua atual capacidade produtiva no País, que é referência no setor

de Celulose e Papel. Para o Estado, além da geração de renda, emprego e recolhimento de impostos, também representa importantes avanços na área de infraestrutura, logística, turismo e preservação do meio ambiente.

Sindiatacadistas RS
Sindicato do Sistema Comércio



SINDIATACADISTAS.COM.BR



@SINDIATACADISTASRS



SINDICATACADISTAS



/COMPANY/SINDIATACADISTAS

SIGA NOSSAS MÍDIAS SOCIAIS E FIQUE LIGADO NAS NOVIDADES:

SINDIATACADISTAS RS PROPÕE AOS CANDIDATOS AGENDA PARA UM ESTADO MAIS COMPETITIVO

Entidade sugere a criação de diversos programas em áreas estratégicas como infraestrutura e captação e investimentos

O Sindiatacadistas RS endereçou aos candidatos ao Governo do Estado sua agenda de propostas para 2027–2030, com a criação de programas e adoção de medidas voltadas a aumentar a competitividade do RS, fortalecer a segurança jurídica, melhorar a infraestrutura e tornar o ambiente de negócios mais simples e eficiente. A entidade reúne seis sindicatos empresariais que representam mais de 18 mil empresas e defende um Estado mais seguro para investir, simples para empreender, eficiente para produzir e competitivo para distribuir.

O presidente da entidade, Luiz Henrique Hartmann, afirma que para o comércio atacadista, o custo de transportar mercadorias é um dos principais desafios e precisa ser tratado dentro da política estadual de desenvolvimento. Por isso, a proposta do Sindiatacadistas é a criação de um programa de logística para integrar e qualificar rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Entre as prioridades, estão recuperar e duplicar rodovias estratégicas, melhorar os acessos ao Porto do Rio Grande, ampliar o uso das hidrovias, criar plataformas logísticas regionais e modernizar aeroportos para o transporte de cargas.

Os atacadistas consideram que há necessidade de melhorar o ambiente de negócios e nesse aspecto, sugerem implantar um programa destinado a simplificar a abertura, a gestão de empresas e facilitar o acesso ao crédito.



Luiz Henrique Hartmann, presidente do Sindiatacadistas

Para acelerar o desenvolvimento, a entidade defende uma postura mais agressiva de atração de investimentos. Para tanto, sugere a criação do Investe RS 2030 a fim de captar investimentos em setores estratégicos, como indústria, agroindústria, logística, inovação, comércio e serviços.

Visando a acompanhar a evolução das medidas propostas e seus impactos, a ideia do Sindiatacadistas é criar o Conselho RS Competitivo, com participação do governo, setor produtivo, universidades e entidades empresariais, além da divulgação anual de indicadores de competitividade do Estado.



Leia o documento na íntegra no site do Sindiatacadistas.